

MEMÓRIAS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)

MEMORIES OF THE YOUTH AND ADULT EDUCATION PROGRAM (EJA) OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO CARLOS (UFSCAR)

MEMORIAS DEL PROGRAMA DE EDUCACIÓN PARA JÓVENES Y ADULTOS (EJA) DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SAN CARLOS (UFSCAR)

Maria Luiza Ferreira Duques¹
Cláudio Eduardo Félix dos Santos²

Resumo

Este estudo objetiva analisar, mediante as memórias de educadores, as concepções formativas presentes no Programa de Alfabetização de Funcionários (PAF) da UFSCar. O estudo tem nos direcionado a uma aproximação com o método materialista histórico, cujas análises se estruturam por entrevistas e estudos de documentos. Os resultados, ainda preliminares, apontam que o PAF se gestou numa concepção pedagógica específica para a EJA, oportunizando uma construção científica em íntima relação com a prática. Os educadores sinalizam o impacto da dimensão política na educação, tendo o respeito aos saberes dos educandos como esteio para a ação pedagógica. As memórias oportunizaram o entendimento do alcance do PAF para a reconfiguração da EJA no Brasil.

Palavras-chave: Memórias; Educação de Jovens e Adultos; Universidade.

Abstract

This study aims to analyze, through the memories of educators, the formative conceptions present in the UFSCar Employee Literacy Program (PAF). The study has led us to an approximation with the historical materialist method, whose analyzes are structured by interviews and document studies. The results, still preliminary, point out that the PAF was conceived in a specific pedagogical conception for the EJA, providing a scientific construction in close relationship with the practice. The educators signal the impact of the political dimension on education, having respect for the students' knowledge as the mainstay for the pedagogical action. The memories provided an opportunity to understand the scope of PAF for the reconfiguration of EJA in Brazil.

Keywords: Memories; Youth and Adult Education; University.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar, a través de los recuerdos de los educadores, los conceptos formativos presentes en el Programa de Alfabetización de Empleados (PAF) en UFSCar. El estudio nos ha guiado a una aproximación con el método materialista histórico, cuyos análisis están estructurados por entrevistas y estudios de documentos. Los resultados, aún preliminares,

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB), Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (FAPESB).

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB).

señalan que el PAF se basó en una concepción pedagógica específica para el EJA, lo que permitió una construcción científica en estrecha relación con la práctica. Los educadores señalan el impacto de la dimensión política en la educación, con respeto por el conocimiento de los estudiantes como el pilar de la acción pedagógica. Los recuerdos brindaron la oportunidad de comprender el alcance del PAF para la reconfiguración de EJA en Brasil.

Palabras clave: Recuerdos; Educación de jóvenes y adultos; Universidad

Introdução

Após um longo período em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocupou um lugar marginal no âmbito das políticas educacionais, o movimento a favor da modalidade retoma sua relevância, inscrevendo-a nas agendas das políticas públicas nacionais e evidenciando novas formas de construir propostas voltadas aos jovens e adultos. Desenvolver estudos no âmbito da EJA significa reportar a trajetória de uma proposta de educação necessariamente atrelada às demandas populares, essencialmente por ser gestada com os grupos histórica e socialmente excluídos e oprimidos. Depreende-se, pois, que o espaço destinado à EJA no conjunto das políticas públicas, se confunde com o lugar social endereçado aos setores populares da sociedade, essencialmente, quando “os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos” (ARROYO, 2001, p. 10).

Enquanto modalidade da educação básica direcionada aos indivíduos que não tiveram oportunidade de estudar no tempo tido como adequado, a EJA, assegurada pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394/96, deve considerar as especificidades dos alunos e suas trajetórias de vida, na maioria das vezes, marcada pelo trabalho e por exclusão social, característica que se confunde com a própria modalidade que sempre configurou como um campo precarizado. Segundo Giovanetti (2005), a EJA é caracterizada pela presença de jovens e adultos de origem popular, marcados por processos de exclusão social, marginalização cultural e exploração econômica. Os jovens e adultos trabalhadores que frequentam a EJA são, em sua maioria, sujeitos expropriados pelo capital e que não possuem nenhuma condição de usufruto da riqueza que ajudam a produzir. São sujeitos de direitos que não gozam de direitos.

Os alunos da EJA, ao vivenciarem, pelo viés da exclusão social, o agravamento das formas de segregação – cultural, espacial, étnica,

bem como, das desigualdades econômicas –, experimentam, a cada dia, o abalo de seu sentimento de pertencimento social, o bloqueio de perspectivas de futuro social (FREIRE, 2000, p. 254).

No sentido mesmo de ser a EJA uma modalidade historicamente marginalizada, muitos grupos sociais vêm atuando em defesa dessa modalidade, a exemplo de educadores universitários vinculados a movimentos populares que aceitaram o desafio de se apropriarem dos fundamentos da modalidade educativa para desenvolverem projetos dentro das universidades. Diante da existência de projetos de EJA em universidades públicas brasileiras, desenvolvidos mediante o engajamento de educadores sensíveis às lutas no âmbito da modalidade, este estudo, em andamento, se concentra na experiência de EJA desenvolvida na Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

A dimensão política da universidade e também da educação de adultos, as colocam numa perspectiva de realidades contraditórias, no entanto, os projetos desenvolvidos por educadores universitários acabam sendo alguns dos espaços em que a universidade pode articular um processo de transformação social. Essas percepções não vieram apenas por evidências teóricas, mas analisando as formulações pedagógicas necessárias à promoção da consciência crítica dentro das universidades percebemos a importância de buscar, pela via dos educadores, as memórias de iniciativas que floresceram nessa articulação dialógica entre universidades e projetos de EJA, essencialmente na década de 80, enfocando o período em que a ditadura militar começou a recuar permitindo a abertura frente às propostas educativas com cunho mais libertador. Considerando o legado deixado por alguns programas de educação de adultos desenvolvidos nos anos 1980, nos lançamos na busca do entendimento de quais eram as concepções de formação do Programa de Alfabetização de Funcionários da UFSCar?

Uma das motivações que nos incitou a desvelar a iniciativa de EJA desenvolvida pela UFSCar foi o anseio por entender essas relações e o legado produzido pelo Programa já que a universidade historicamente se consagrou como a instituição destinada aos interesses burgueses, o que parece bastante contraditório que dentro dela acabe nascendo projetos voltados às classes populares, como foi o caso do Programa da UFSCar, direcionado à alfabetização dos funcionários que atuavam na instituição e cujos processos de escolarização, quando não elementares, eram inexistentes.

Consideramos interessante focar as experiências de educadores cujas trajetórias de vida e formação se imbricam com os movimentos de resistência e transformação social. Para isso, é preciso considerar a memória e a experiência desses educadores, no sentido de retomar a atuação e militância junto aos jovens e adultos de camadas populares. Como afirmou Freire (1998, p.33), “carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós”. Realizar esse estudo visando afirmar a atualidade da EJA, possivelmente nos possibilitará buscar, através das memórias, entender a história das lutas sociais que implicaram e, ainda implicam, nos processos educativos desenvolvidos com a população de jovens e adultos.

Caminhos Metodológicos

O desenvolvimento do estudo tem nos direcionado a uma aproximação com o método materialista histórico. Nossa análise empírica vem se estruturando através de entrevistas e estudos de documentos que tem nos permitido a compreensão do processo histórico do período do surgimento da proposta de EJA, de modo a explorar os referenciais teórico-metodológicos disponíveis em consonância com o retorno das memórias dos educadores. Por serem os relatos “vivos” as fontes soberanas desta pesquisa, os documentos consultados consistem nos materiais formativos produzidos pelos próprios educadores universitários que implementaram o PAF. Entendemos, assim como Ricoeur (2007), que mesmo sendo a memória alvo de desconfianças, ela ainda constitui nosso último referencial a procura do que se passou.

Adotamos, para este estudo, a memória formulada mediante a interação entre sujeitos sociais, realizando, pois, um esforço de aproximação com a memória social e coletiva, desenvolvida por Halbwachs em 1925, em seus “Quadros Sociais da Memória” (2004), e compreendida como a reelaboração de vivências ou experiências reconhecidas pelos grupos sociais.

Avançando na perspectiva da memória social, a fim de analisar o contexto em que a proposta de EJA da UFSCar foi implantada, trazemos a memória numa perspectiva materialista histórica dialética que acolhe o princípio de que os indivíduos e os

grupos constroem suas memórias como produto do mundo material em que estão situados.

Quando tratamos da memória recorrendo ao passado, sua rememoração passa pelo olhar do presente. (ALMEIDA, 2014). Apropriamo-nos, pois, das memórias pretéritas para compreendermos o desenvolvimento do Programa de alfabetização dos funcionários-PAF da UFSCar, no tempo presente.

Ao pensar a produção do conhecimento científico numa concepção materialista histórica especialmente nas ciências humanas, é preciso buscar captar a lógica própria do objeto. Através desse método é possível compreender e analisar a história, as lutas e as evoluções econômicas e políticas, achados que este estudo possui potencial de viabilização. Como observa Marx (1980), a pesquisa tem que captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor o movimento real.

A experiência a ser retomada mediante as memórias dos educadores – o PAF da UFSCar – apresentou significativo destaque no período de reabertura política, compreendendo uma iniciativa com foco na EJA que emergiu pela ação dos educadores universitários e que foi capaz de assegurar a formação dos funcionários de apoio da universidade, prestando relevante contribuição àqueles sujeitos alijados do direito à educação.

A EJA e a universidade: algumas relações

Nas últimas três décadas, o movimento em prol da EJA vem resgatando sua relevância, inserindo-a nas agendas das políticas públicas educacionais. Esse momento tem se traduzido em avanços que apontam pistas de uma nova maneira de fazer EJA.

Avançar numa nova concepção de EJA significa reconhecer o direito a uma escolarização para todas as pessoas, independentemente de sua idade. Significa reconhecer que não se pode privar parte da população dos conteúdos e bens simbólicos acumulados historicamente e que são transmitidos pelos processos escolares. Significa reconhecer que a garantia do direito humano à educação passa pela elevação da escolaridade média de toda a população e pela eliminação do analfabetismo (HADDAD, 2007, p. 15).

Não é difícil perceber, diante do entendimento que se vem alcançando sobre a EJA, que essa modalidade de educação tem suas especificidades

(ARROYO, 2006) e que a depender do momento histórico em que iniciativas de EJA são gestadas, as marcas de atuação podem se apresentar de maneiras bastante distintas. O fato deste estudo se concentrar em iniciativas que emanaram em universidades públicas, através da ação de educadores comprometidos com a educação de adultos de classes populares denota nosso desejo sobre determinadas formas de fazer a educação de adultos, em estreita preocupação com as especificidades dos sujeitos trabalhadores.

O desenvolvimento de propostas que reconheçam as especificidades dos sujeitos da EJA e que se forjam mediante as necessidades desse público, perpassa por aspectos como a elaboração de propostas curriculares que acolham as peculiaridades e necessidades dos educandos trabalhadores das classes populares, incluindo a flexibilidade dos tempos e espaços, a construção de instrumentais didáticos que atendam e desenvolvam as potencialidades desses sujeitos e, sobretudo o empenho, por parte de seus mentores, pela transformação das realidades sociais desses educandos. Esses foram alguns apontamentos que nos fizeram investigar a proposta de EJA da UFSCar.

As conexões entre a EJA e a universidade se constroem sobre uma perspectiva, no mínimo, complexa. De um lado, temos uma modalidade forjada no interior das classes populares e destinada ao atendimento de minorias sociais, cujos saberes são constituídos, em quase sua totalidade, pela experiência; do outro, encontra-se uma instituição voltada à produção de conhecimentos científicos e saberes eruditos, de onde surgem relações de saber e poder, na maioria das vezes, desiguais se comparadas às populares.

Os projetos de EJA desenvolvidos no interior das universidades carregam em sua tradição a via da extensão universitária. É por esse viés que se apresenta a história das primeiras iniciativas documentadas acerca da integração entre a EJA e a universidade. (IRELAND, 2001). A complexidade dessa relação é tão clara que, historicamente a via de ingresso mais premente da EJA na universidade ocorre pela extensão e, exatamente a extensão figura o componente menos privilegiado da tríade: ensino, pesquisa e extensão. A EJA acaba recebendo, pela via da academia, um espaço de prestígio inferior em detrimento a outras áreas de maior destaque no campo acadêmico.

A relação entre a educação de adultos e as universidades tem sido sustentada por uma diversidade de interesses que vêm se manifestando de modos bastante distintos ao longo da história que assinala essa articulação. Estudos desenvolvidos com

ênfase nos anos 70 e 80 apontam a existência de tensões muito evidentes na relação entre EJA e universidade. Um desses estudiosos, Haddad (1989), desenvolveu uma pesquisa com enfoque na atuação de instituições de ensino superior no Brasil, enfocando programas de escolarização para jovens e adultos. Nessa investigação, o autor constatou que mesmo que as ações desenvolvidas pelas universidades tivessem um objetivo similar, o modo como as iniciativas eram executadas acabava sendo bem distinto, assim como eram diferentes as concepções de EJA adotadas por cada instituição. As ações voltadas à intervenção, geralmente eram motivadas por demandas do próprio grupo de funcionários das instituições. De acordo os estudos de Haddad (1989), no âmbito da intervenção, os programas de escolarização de funcionários, por muito tempo se apresentaram como a principal forma de atuação das universidades frente a EJA.

Como boa parte dos programas de EJA eram pensados para atacar a deficiência na formação de servidores, muitas propostas seguiam a via da prestação de serviço e, conseqüentemente, a articulação desses programas com a organização da pesquisa e do ensino nas universidades acabava sendo bastante incipiente. Essa ínfima articulação de propostas de EJA com o corpo da universidade tem uma tradição histórica percebida e enfatizada, inclusive por professores universitários engajados na luta a favor da educação de adultos. O próprio Haddad (1989) constatou que as iniciativas de EJA, em quase sua totalidade, eram ações que partiam de uma pessoa ou grupo restrito de interessados no campo de EJA, o que desencadeavam maiores esforço e muitas dificuldades para desenvolver os projetos.

Como a maioria dos programas de EJA existentes em universidades brasileiras surgiram, basicamente por exigências de formação de servidores ou mesmo para atendimento de algum preceito legal, a construção dessas propostas nem sempre acontecia com a estreita participação dos envolvidos. Com isso, os educandos acabavam cumprindo eminentemente o papel de cursistas, não sendo ouvidos em suas necessidades fundamentais para estruturação das propostas. Esses acontecimentos implicavam em evasão e, muitas vezes, os programas em articulação com a EJA, salvo raras exceções, já nasciam póstumos.

Ainda que essa relação entre EJA e universidade, seja ainda, conflituosa e permeada por indefinições, não se pode desconsiderar a contribuição da universidade para

o fortalecimento da modalidade de EJA. As propostas de EJA implementadas nas universidades e a aceitação da modalidade como campo de conhecimento acadêmico evidenciam essa colaboração.

Com o intuito de conectar experiências da comunidade com a produção sistematizada da academia, alguns movimentos populares ressurgiram no final dos anos 70 e início dos anos 80, enfatizando a relação entre EJA e universidades. Como modo de organizar as propostas para além dos muros das universidades, em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, recebendo atualmente a denominação de Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – FORPROEX. Nas discussões do Fórum, os programas com fins ao atendimento das demandas da comunidade deveriam ser tomados como processos educativos, culturais e científicos capazes de promover a articulação entre o ensino e a pesquisa, já que essas seriam as vias de reencontro entre o saber acadêmico e o saber popular.

No caso da experiência da UFSCar, cuja natureza tangenciou para uma atuação comprometida com as necessidades dos sujeitos sociais trabalhadores da própria instituição, a investigação das concepções de formação humana se mostrou importante para o entendimento da constituição da proposta e suas conseqüentes possibilidades de transformação das realidades sociais dos envolvidos. É no sentido de uma análise mais acurada sobre a constituição da proposta desenvolvida na UFSCar e seus desdobramentos para o campo da EJA que nos deteremos na seção seguinte.

Resultados e discussões: ampliando olhares sobre a proposta da UFSCar

O Programa de Alfabetização de Funcionários da UFSCar nasceu em um período em que as experiências no âmbito da educação de adultos estavam ganhando corpo na sociedade civil e sendo discutidas em instituições como as universidades, mas naquele período, o envolvimento das universidades com a EJA, em suas pouquíssimas ocorrências, ainda se dava pelos projetos de extensão, contudo, a EJA ainda não era reconhecida como direito e o seu oferecimento se dava sem que a modalidade fosse tomada como uma política pública.

As discussões sobre a necessidade de criação do PAF se iniciaram com a abertura política de 1978, mas o início das atividades do Programa se deu em 1980. O PAF foi gestado visando o atendimento das solicitações dos funcionários que atuavam na UFSCar e que por motivos vários, não tiveram oportunidade de escolarização no tempo tido como certo. A organização dos funcionários em prol da busca por alfabetização visava alcançar, junto aos processos formativos, conseguir melhores condições de trabalho. O Grupo de Alfabetização foi criado na UFSCar em 1980, em decorrência da motivação imediata da eleição para reitor, quando se descobriu a existência de um número bastante considerável de servidores não-alfabetizados. Diante dessa constatação, educadores com engajamento político e pedagógico no âmbito das lutas por educação de adultos e sensíveis à problemática daqueles que não liam e nem escreviam se mobilizaram na formulação do Programa de Alfabetização atendendo inicialmente a 40 funcionários.

O PAF surge em um período em que a proposta de alfabetização de adultos de bases freirianas trazia discussões sobre a importância da dimensão política da educação e sobre o real papel da escola na socialização do conhecimento historicamente produzido. Desse modo, o PAF se constituiu num espaço privilegiado de amadurecimento dessas ideias ao promover a experimentação de um processo de alfabetização em que a participação efetiva dos alfabetizandos propulsionava a aprendizagem desses, enquanto o trabalho pedagógico desenvolvido assegurava a formação dos educadores. O Programa implementado na UFSCar desempenhava, pois, uma dupla função em que ao passo que seus mentores focavam na formação dos educandos, cumpria-se também o objetivo da formação dos educadores.

O Programa emergiu, portanto, com o escopo de oferecer aos funcionários da UFSCar que não tiveram a condição de frequentar a escola no tempo tido como adequado, a oportunidade de alfabetização, mas não apenas se buscava no PAF a garantia dos rudimentos do “ler e escrever”, a proposta continha, também, um caráter de formação de consciência crítica e política. Arelado a esses intentos estava o objetivo da realização de pesquisas e estudos no âmbito da educação de adultos. Dessa forma, desde o começo dos trabalhos, a coordenadora professora Betty Oliveira se empenhou junto aos pesquisadores e graduandos dos cursos de licenciatura da UFSCar, no sentido de garantir a produção

científica e a divulgação sistematizada daquela experiência de educação de adultos.

Desenvolvendo um trabalho numa perspectiva de valorização dos saberes dos educandos, o PAF se construiu pelas ideias e palavras de alfabetizandos, alfabetizados e alfabetizadores, num movimento de valorização das experiências e dos conhecimentos trazidos pelos educandos. Ao longo de sua vigência (1980-1985), foram realizadas atividades como o Seminário de Aperfeiçoamento dos Trabalhadores, promovido em 1981, oficinas com o protagonismo dos educandos, debates, encontros, além da produção do material didático como os Livros de Leitura 1 e 2, ancorados nos textos dos alfabetizandos e posteriormente revisados e organizados pela coordenação, mediante orientação daqueles que prestavam assessoria ao PAF, a exemplo de Paulo Freire, Elza Freire, Dermeval Saviani, dentre outros educadores que contribuíram com a experiência da UFSCar. Mediante a experiência do PAF, foi desenvolvido o Programa de Educação de Adultos-PEA, que se constituiu na organização integrada de todas as atividades de educação de adultos desenvolvidas na UFSCar. Foi também através do PAF que se desenvolveu um trabalho bastante inovador na área da matemática cuja propulsão se deu com o empenho do professor Newton Duarte que conseguiu unir teoria e prática na confecção e exploração de ábacos em tamanhos ampliados. Pela perspectiva crítica assumida pelo Programa, houve a produção coletiva do jornal Participando, produto da participação efetiva dos educandos que traziam as situações de suas vivências para as discussões, vindo após os debates, a compor os textos do Jornal.

O PAF foi considerado uma das experiências de alfabetização de adultos mais bem-refletida e avaliada (FÁVERO; SIQUEIRA, 2016), em que além do material didático, foi capaz de provocar discussões e contribuir para a produção de documentos e estudos que ajudam a compor a memória da educação de adultos, além de ter sido um laboratório para construção de formas de ensinar e de aprender em uma época em que tornar a educação um ato político não só era difícil, como perigoso.

Os dados até então analisados dão conta de evidenciar que o PAF já nasce numa perspectiva de educação voltada às bases freirianas, vindo no decorrer do seu desenvolvimento, a agregar os pressupostos de uma educação histórico-crítica em que junto com a escolarização promoveu a elevação da consciência crítica dos educandos. Um dos pressupostos formativos do Programa da UFSCar era a consideração do

conhecimento da realidade do aluno como elemento para o processo educativo. Daí a necessidade do PAF acompanhar os alunos mais de perto a fim de melhor conhecê-los e, conseqüentemente, buscar as melhores metodologias de atuação. Outro importante pressuposto adotado pelo Programa era a busca pelo conhecimento do percurso cognitivo dos educandos. Dessa busca emanava a valorização dos saberes da experiência dos alfabetizandos, já que os educadores consideravam a bagagem cultural construída ao longo da vida dos estudantes jovens e adultos. Com isso, o PAF foi estruturado com o diálogo entre a sua organização formativa e a experiência social dos educandos. A proposta de formação empreendida pelo PAF se calcava no planejamento coletivo com fins à valorização dos saberes dos educandos e a conseqüente divulgação do trabalho realizado, se consolidando, pois, como um espaço de formação e produção de conhecimentos voltados à educação de adultos.

Das análises empreendidas acerca dessa tão cara experiência de educação de adultos desenvolvida pela UFSCar, um ponto bastante evidente foi a assunção da dimensão política entranhada na ação pedagógica e o conseqüente comprometimento da ação pedagógica na transformação da sociedade. Nas palavras de Oliveira (1985, p. 52), “o modo de produção da sociedade, produz/determina o modo de pensar e agir de qualquer indivíduo. No entanto, essa determinação não é absoluta”. Posto dessa maneira é possível, mediante ação de educadores comprometidos com as classes populares, desenvolver uma atuação que seja capaz de contribuir com a modificação dessa sociedade. Eis nessa interpretação a atualidade da experiência da UFSCar que mesmo estando fincada em um momento histórico (1980-1985), continua apresentando relevância, considerando que as análises dos produtos emanados das experiências envolvendo a educação de jovens e adultos contribuem para o entendimento das atuais estruturas, desencadeando necessárias lutas, muitas vezes, já “apagadas” da memória.

Conclusões

As concepções de formação presentes no Programa de Formação de Funcionários da UFSCar, desenvolvido durante a década de 80, se apresentam como calcadas nas concepções horizontais de diálogo e participação em que as ações se mostram

sensíveis às especificidades dos educandos, de modo a reconhecê-los como sujeitos históricos e sociais alijados das oportunidades de escolarização. Nesse sentido, ao revelar que os processos formativos desenvolvidos pelo PAF consideram as referências legitimadoras da vida adulta como educação, trabalho e cultura, o estudo também evidencia que os mentores do Programa eram dotados de um entendimento da educação de adultos para além da teoria e que, por militarem junto à modalidade por melhores condições de vida e de formação para os educandos que dela dependem, foram capazes de implantar um Programa que nasceu pela necessidade de alfabetização dos sujeitos jovens e adultos e se ampliou para uma ação preocupada com as questões das classes sociais.

O reconhecimento dos educandos da EJA como sujeitos de direito à educação e à humanidade, muitas vezes perdida, perpassa pelo entendimento desses sujeitos como construtores de cultura, como portadores de experiências de vida. Como afirma Arroyo (2005), nos programas de formação, uma das questões que deve ser nuclear é a constante indagação acerca de quem são esses jovens e esses adultos com quem se vai trabalhar. Essa especificidade da situação social, étnica, cultural e econômica dos educandos, pelo que os dados puderam revelar, foi perseguida pelo PAF e é essa especificidade que precisa ser referência para a construção da EJA.

Referências

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. A ditadura brasileira e a luta de classes no campo da memória. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.32, p.50-63, jan./jun., 2014.

ARROYO, Miguel. A EJA em tempo de exclusão. **Revista Alfabetização e Cidadania – Rede de Apoio à Ação Educadora do Brasil**, n. 11, abr. 2001.

_____. Educação de Jovens e Adultos - um campo de direitos e de responsabilidade pública in: SOARES, L. et ali (orgs.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: **Seminário Nacional Sobre Formação do Educador de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BEISIEGEL, Celso Rui. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997. p. 239-241.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

FAVERO, Osmar; SIQUEIRA, Elisa Motta de Souza. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos. Memória e História. In: RIBEIRO, Ana de Almeida (org.). **Estudos e práticas em EJA: ampliando olhares**. Rio de Janeiro: Caetés, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da indignação**. Editora Unesp, 2000.

GIOVANETTI, Maria Amélia. A formação de educadores de EJA. **Diálogos na EJA**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HADDAD, Sérgio. **Promoção de programas de Alfabetização, Pós Alfabetização e Educação de Adultos com a Vinculação das Instituições de Ensino Superior no Brasil**. São Paulo: Centro de Documentação e Informação (CEDI), 1989.

_____. Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de La Memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004.

IRELAND, T. D. **Educação de Jovens e Adultos e Extensão Universitária: Primos Pobres?** 13º Congresso de Leitura do Brasil (COLE) - V Encontro de Jovens e Adultos Trabalhadores na Universidade Estadual de Campinas, julho 2001.

MARX, K. **O capital**. São Paulo, Abril Cultural, v.1, p. 81-257, 1980.

OLIVEIRA, Betty Antunes de. Implicações sociais inerentes ao uso dos procedimentos pedagógicos: um exemplo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.53, p.45-52, Maio, 1985.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Artigo recebido em: 17 de Setembro de 2019

Aprovado em: 15 de Março de 2020

SOBRE XS AUTORXS

Maria Luiza Ferreira Duques é uma pesquisadora e professora brasileira. Ela possui experiência em Educação de Jovens e Adultos; Memórias de Educadores; Formação Docente e Gestão Educacional.

Contato: luizaduques@hotmail.com

ORCID: [0000-0002-9949-5183](https://orcid.org/0000-0002-9949-5183)

Cláudio Eduardo Félix dos Santos é um pesquisador e professor brasileiro. Ele possui experiência em História da Educação; Memória e história das organizações de trabalhadores e Ensino de história.

Contato: cefsantos8@gmail.com

ORCID: [0000-0003-0545-1102](https://orcid.org/0000-0003-0545-1102)